

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4” e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2018.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para

devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimento--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as

circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos

associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2017, de R\$0,1774 (R\$0,2051 em 31 de dezembro de 2016) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Norma:

Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas

Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1)

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016

A adoção destes novos pronunciamentos não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2017. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a

distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos bancários	3.761	804	3.761	814
Operações compromissadas	2.751	9.980	2.808	10.004
Depósitos no exterior	-	-	3	6
Cambiais a liquidar	8.216	1.471	8.216	1.471
	-----	-----	-----	-----
	14.728	12.255	14.788	12.295
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Clientes no mercado interno	89.708	102.499
Clientes no mercado externo	23.420	13.878
	-----	-----
	113.128	116.377
Provisão para devedores duvidosos	(16.090)	(14.746)
	-----	-----
	97.038	101.631
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2016).

O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e nenhum cliente

representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber. A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
A vencer	83.766	88.100
Vencidas até 30 dias	5.888	5.408
Vencidas de 31 a 60 dias	1.325	1.688
Vencidas de 61 a 90 dias	1.640	1.015
Vencidas de 91 a 180 dias	262	2.807
Vencidas de 181 a 360 dias	1.305	1.416
Vencidas acima de 360 dias	18.942	15.943
	-----	-----
	113.128	116.377
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	(14.746)	(12.603)
Adições	(1.413)	(2.229)
Baixas	69	86
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(16.090)	(14.746)
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Matérias-primas e secundários	19.003	17.498
Produtos em elaboração	21.446	12.526
Produtos acabados	24.001	18.882
Peças de reposição	23.346	21.874
	-----	-----
	87.796	70.780
	=====	=====

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Notas promissórias a receber	-	4.580	-	4.580
Crédito por alienação de ativo imobilizado (1)	-	-	4.460	10.222
Adiantamentos a funcionários	908	1.194	908	1.194
Outros	1.351	1.526	1.359	1.536
	-----	-----	-----	-----
	2.259	7.300	6.727	17.532
Circulante	(1.423)	(6.328)	(3.815)	(11.493)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	836	972	2.912	6.039
	=====	=====	=====	=====

(1) Compõe-se de notas promissórias decorrentes de imóveis vendidos a prazo.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	exercício	2017	2016	2017	2016
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (*)	7.588	100	(279)	7.588	15.866	(279)	8.912
Santanense Argentina S.A.	(105)	100	(34)	(105)	(85)	(34)	(33)
				-----	-----	-----	-----
				7.483	15.781	(313)	8.879
				=====	=====	=====	=====

(*) Em 3 de abril de 2017, a controlada distribuiu dividendos no valor de R\$8.000 em dividendos que foram creditados em conta corrente de mútuo.

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440
Edifícios	2,5	57.026	(28.643)	28.383	29.404
Instalações	6,4	57.022	(38.473)	18.549	19.305
Equipamentos	6,4	211.751	(137.466)	74.285	81.230
Usina (CTS)	3,9	18.820	(9.513)	9.307	8.844
Móveis e utensílios	9,3	3.279	(2.372)	907	1.027
Veículos	19,6	1.275	(1.134)	141	277
Computadores e periféricos	17,0	5.627	(5.323)	304	386
Obras em andamento	-	4.698	-	4.698	2.870
Outros	-	404	-	404	437
		361.342	(222.924)	138.418	145.220
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2017
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	56.759	-	(29)	296	-	57.026
Instalações	56.247	46	(299)	1.028	-	57.022
Equipamentos	217.218	662	(6.479)	350	-	211.751
Usina (CTS)	17.807	1.016	(5)	2	-	18.820
Móveis e utensílios	3.109	61	(28)	137	-	3.279
Veículos	1.229	95	(46)	-	(3)	1.275
Computadores e periféricos	5.536	52	(12)	51	-	5.627
Obras em andamento	2.870	3.746	(54)	(1.864)	-	4.698
Outros	437	(6)	(27)	-	-	404
	362.652	5.672	(6.979)	-	(3)	361.342
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2017
Edifícios	(27.355)	(1.291)	2	1	-	(28.643)
Instalações	(36.942)	(1.773)	243	(1)	-	(38.473)
Equipamentos	(135.988)	(7.316)	5.661	177	-	(137.466)
Usina (CTS)	(8.963)	(553)	4	(1)	-	(9.513)
Móveis e utensílios	(2.082)	(166)	26	(150)	-	(2.372)
Veículos	(952)	(185)	-	-	3	(1.134)
Computadores e periféricos	(5.150)	(157)	10	(26)	-	(5.323)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(217.432)	(11.441)	5.946	-	3	(222.924)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	55.555	8	-	1.196	-	56.759
Instalações	54.791	15	(57)	1.498	-	56.247
Equipamentos	207.442	1.181	(2.771)	11.366	-	217.218
Usina (CTS)	17.236	560	(2)	13	-	17.807
Móveis e utensílios	3.069	45	(12)	8	(1)	3.109
Veículos	1.249	25	(24)	(12)	(9)	1.229
Computadores e periféricos	5.542	31	(86)	50	(1)	5.536
Obras em andamento	14.777	2.390	(178)	(14.119)	-	2.870
Outros	477	-	(40)	-	-	437
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	361.578	4.255	(3.170)	-	(11)	362.652
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2016
Edifícios	(26.065)	(1.290)	-	-	-	(27.355)
Instalações	(35.180)	(1.774)	12	-	-	(36.942)
Equipamentos	(130.839)	(7.348)	2.198	1	-	(135.988)
Usina (CTS)	(8.422)	(544)	2	1	-	(8.963)
Móveis e utensílios	(1.914)	(177)	8	-	1	(2.082)
Veículos	(758)	(202)	1	(2)	9	(952)
Computadores e periféricos	(5.036)	(200)	85	-	1	(5.150)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(208.214)	(11.535)	2.306	-	11	(217.432)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores no mercado interno	19.293	10.397	19.302	10.401
Fornecedores no mercado externo	234	6	275	51
Partes relacionadas	3.509	2.449	3.509	2.449
	-----	-----	-----	-----
	23.036	12.852	23.086	12.901
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 26 dias (15 dias em 31 de dezembro 2016).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2017	2016
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	US\$	7,3	2017	-	5.820
Banco do Brasil	US\$	6,8	2018	35.416	39.513
				-----	-----
				35.416	45.333
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	157,8 do CDI	2018	20.000	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	-	2017	-	14.299
Banco do Brasil – Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	3.108	3.897
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2019	281	421
Banco Votorantim – Finame	R\$	3,5	2019	707	1.358
Banco Santander – NCE	R\$	-	2017	-	14.603
Banco do Brasil – CDC	R\$	9,9 a 10,5	2018	19.154	11.933
Banco Fibra – CCE	R\$	15,8	2019	13.775	-
Banco Bradesco – CCB	R\$	135,0 e 137,5 do CDI	2018	7.445	22.739
Banco Bradesco – Capital de giro	R\$	5,0 + CDI	2018	14.985	-
BDMG S.A.	R\$	7,3 + CDI	2019	17.731	16.632
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	2020	60.167	-
				-----	-----
				157.353	105.882
Total				-----	-----
Circulante				192.769	151.215
				(136.093)	(123.867)
				-----	-----
Não circulante				56.676	27.348
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$169.519 (R\$133.606 em 31 de dezembro de 2016).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco do Brasil	35.416	-	-	-	35.416
	-----	-----	-----	-----	-----
	35.416	-	-	-	35.416
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	20.000	-	-	-	20.000
Banco do Brasil – Finame	793	789	672	854	3.108
Banco Bradesco – Finame	141	140	-	-	281
Banco Votorantim – Finame	652	55	-	-	707
Banco do Brasil – CDC	19.154	-	-	-	19.154
Banco Fibra – CCE	9.750	4.025	-	-	13.775
Banco Bradesco – CCB	7.445	-	-	-	7.445
Banco Bradesco – Capital de giro	14.985	-	-	-	14.985
BDMG S.A.	10.170	7.561	-	-	17.731
Banco ABC Brasil S.A.	17.587	23.226	19.354	-	60.167
	-----	-----	-----	-----	-----
	100.677	35.796	20.026	854	157.353
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	136.093	35.796	20.026	854	192.769
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.215
Novas captações ou renovações	158.548
Juros provisionados	20.389
Amortização de principal	(120.090)
Pagamento de juros	(17.298)
Variação cambial	35
Encargos antecipados, líquidos	(30)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	192.769
	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe “D” não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	19.944
Reserva legal	(997)

Lucro líquido ajustado	18.947
Dividendos mínimos obrigatórios	4.737
Dividendos intermediários pagos no exercício	(1.179)
Saldo de distribuições anteriores	333

Saldo de dividendos a pagar	3.891
	=====

Em 2017, os dividendos mínimos obrigatórios totalizam R\$4.737, equivalentes à R\$0,12014425 por ação ordinária e R\$0,13215867 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação.

Em reunião do Conselho de administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$1.179, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2018, nos termos do Estatuto Social. O valor total distribuído corresponde a R\$0,02990430 por ação ordinária e R\$0,03289473 por ação preferencial e preferencial classe “D”.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	A receber		A pagar	
	2017	2016	2017	2016
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS(*)	107.132	36.012	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	4.805	3.432
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	2.360	5.055
	-----	-----	-----	-----
Total controladora	107.132	36.012	7.165	8.487
	=====	=====	=====	=====
	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	2017	2016	2017	2016
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (*)	107.132	36.012	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	4.805	3.432
Coteminas Argentina S.A.	-	-	90	66
	-----	-----	-----	-----
Total consolidado	107.132	36.012	4.895	3.498
	=====	=====	=====	=====
	Encargos financeiros		Receitas (despesas)	
			2017	2016
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS		8.272	1.051	
Oxford Com. e Partic. S.A.		(401)	(493)	
Coteminas S.A.		112	-	
Empr. Nac.Com.Rédito e Part. S.A - Encorpar		(61)	-	
		-----	-----	
Total		7.922	558	
		=====	=====	

(*) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (115% a 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI).

Em 2017, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$39.510 (R\$29.028 em 2016). As transações são efetuadas a preços de mercado. O saldo a pagar referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2017, foram provisionados R\$454 (R\$426 em 2016) sob essa rubrica.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração". A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes dos impostos	21.104	(5.617)	21.206	(5.241)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	313	(8.879)	-	-
Subvenção para investimentos	(10.835)	-	(10.835)	-
Outras, líquidas	(880)	337	(880)	339
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	9.702	(14.159)	9.491	(4.902)
Imposto de renda e contribuição social	(3.299)	4.814	(3.227)	1.667
Créditos fiscais não constituídos	2.000	(2.373)	1.826	398
Outras deduções	139	18	139	18
Total dos impostos sobre o lucro	(1.160)	2.459	(1.262)	2.083
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	(3.103)	-	(3.205)	(376)
Impostos sobre o lucro diferido	1.943	2.459	1.943	2.459
	=====	=====	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 2016	Reconhecidos no resultado	Saldos em 2017
Diferenças temporais	4.214	1.316	5.530
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.660	627	18.287
	-----	-----	-----
Ativo não circulante	21.874	1.943	23.817
	=====	=====	=====

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2018	-	2.417	2.417
2019	-	2.702	2.702
2020	-	3.025	3.025
2021	-	3.358	3.358
2022	-	3.703	3.703
2023 e 2024	5.530	3.082	8.612
	-----	-----	-----
	5.530	18.287	23.817
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	18.009	17.809	18.009	17.809
Pis e Cofins a recuperar	2.299	-	2.299	-
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	80	86
Antecipação de impostos	2.924	56	3.015	159
IPI a recuperar	311	-	311	-
Outros	570	485	574	485
	-----	-----	-----	-----
	24.113	18.350	24.288	18.539
Circulante	(4.367)	(541)	(4.542)	(730)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	19.746	17.809	19.746	17.809
	=====	=====	=====	=====

14. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$8.333 e R\$162 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Processos fiscais:		
INSS	827	827
PIS e COFINS	3.265	3.261
Contribuição social	791	791
Imposto de renda	1.075	1.075
IPTU	67	67
Trabalhistas	570	472
Cíveis e outras	138	142
	-----	-----
	6.733	6.635
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.387	8.403
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é polo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS (R\$2.562) e outros processos relacionados ao PIS COFINS (R\$703).

Contribuição social--Ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal com o objetivo de desconstituir glosa de retenções de IR na fonte e Embargos à Execução Fiscal cujo débito fora objeto de adesão ao REFIS nos termos da Lei 9.979/1999, não reconhecido pela Fazenda Nacional.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

IPTU--A Companhia é polo ativo em ação judicial questionando aumentos no valor do IPTU a partir do ano calendário 2014.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em	Adições	Baixas	Saldos em
	2016			2017
Processos fiscais:				
INSS	827	-	-	827
PIS e COFINS	3.261	4	-	3.265
Contribuição social	791	-	-	791
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
IPTU	67	-	-	67
Trabalhistas	472	234	(136)	570
Cíveis e outras	142	-	(4)	138
	-----	-----	-----	-----
	6.635	238	(140)	6.733
	=====	=====	=====	=====

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ATIVOS--				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	14.728	12.255	14.788	12.295
Duplicatas a receber	97.038	101.631	97.038	101.631
Outros créditos a receber	1.423	6.328	3.815	11.493
NÃO CIRCULANTE:				
Partes relacionadas	107.132	36.012	107.132	36.012
Outros créditos a receber	836	972	2.912	6.039
PASSIVOS--				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	136.093	123.867	136.093	123.867
Fornecedores	23.036	12.852	23.086	12.901
Outras contas a pagar	7.444	3.650	7.596	3.671
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	56.676	27.348	56.676	27.348
Partes relacionadas	7.165	8.487	4.895	3.498

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado".

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com

rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, não há operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8.216	1.471
Duplicatas a receber	23.420	13.878
Fornecedores	(234)	(6)
Empréstimos e financiamentos	(35.416)	(45.333)
Outras contas a pagar	(1.248)	-
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(5.262)	(29.990)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(1.590)	(9.202)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do Dólar	(1.590) =====	(1.168) =====	(2.776) =====	(4.384) =====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 10 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	4.167	13	-	4.180	14.229
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	3.306	2	(43)	3.265	8.510
(referência à nota explicativa nº 10)				7.445	22.739
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5% Contraparte: Bradesco S.A. Vencimento: dezembro/2018	15.000	143	(158)	14.985	-
(referência à nota explicativa nº 10)				14.985	-

Descrição	2017			2016
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG Vencimento: novembro/2019	16.004	1.948	(221)	17.731
(referência à nota explicativa nº 10)				17.731
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	17.500	29	-	17.529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	20.000	34	-	20.034
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	22.500	104	-	22.604
(referência à nota explicativa nº 10)				60.167
	98.477	2.273	(422)	100.328
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do CDI	77.566	6.028	8.808	10.047
2019	Alta do CDI	36.111	2.555	5.152	5.910
2020	Alta do CDI	10.645	636	1.503	1.728
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito

baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	208.888	147.565	60.446	843	34
Fornecedores	23.086	23.086	-	-	-
Partes relacionadas	4.895	-	4.895	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	236.869	170.651	65.341	843	34
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	192.769	151.215
Caixa e equivalentes de caixa	(14.788)	(12.295)
	-----	-----
Total da dívida líquida	177.981	138.920
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	262.641	247.420
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	440.622	386.340
	=====	=====

16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins)

utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	2017	2016
Vendas Líquidas:		
Brasil	370.097	339.310
Outros países	48.446	37.297
	-----	-----
	418.543	376.607
	=====	=====

17. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(296.624)	(250.149)
Benefícios a empregados	(71.267)	(70.597)
INSS	(16.287)	(4.452)
Depreciação e amortização	(11.441)	(11.535)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	14.040	(29.837)
Outros custos e despesas	(1.344)	(2.144)
	-----	-----
	(382.923)	(368.714)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	(326.347)	(315.061)
Vendas	(33.384)	(32.059)
Gerais e administrativas	(20.160)	(18.950)
Honorários da administração	(3.032)	(2.644)
	-----	-----
	(382.923)	(368.714)
	=====	=====

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	507.114	474.363
Deduções das vendas	(88.571)	(97.756)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	418.543	376.607
	=====	=====

19. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.944	(3.158)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	19.244	(3.047)
Ações preferenciais	700	(111)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	39.299.130	39.299.130
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,5059	(0,0804)
Ações preferenciais – R\$	0,5565	(0,0804)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

20. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de março de 2018, a Companhia comunicou ao mercado que o Conselho de Administração autorizou a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de Tropical Agroparticipações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.957.386/0001-18 cujo patrimônio é representado pela Fazenda Tropical, constituída por 31.435,70 hectares. A aquisição ainda não ocorreu e está sujeita a que a administração adote providências necessárias à eventual celebração de contrato de compra e venda. A operação visa a produção própria de parte da principal matéria prima da Companhia.

* * * * *